

**TutPrv no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.486.036 - DF
(2019/0103387-0)**

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
REQUERENTE : OZIEL FRANCISCO DE SOUSA
ADVOGADOS : ISABELA MARRAFON E OUTRO(S) - DF037798
ILTON NORBERTO ROBL FILHO - DF038677
BÁRBARA GÓRSKI ESTECHE - PR068777
REQUERIDO : DIRCEU CORREA DINIZ
REQUERIDO : BERENICE VIEIRA DE ARAUJO DINIZ
REQUERIDO : JEFFERSON VIEIRA DE ARAUJO DINIZ
ADVOGADOS : LUIZ SERGIO DE VASCONCELOS JUNIOR - DF029296
FLAVIA HESSEL PANIAGO RIVEIRA - DF036541
DANIEL DA COSTA PRIMO BURITY - DF054631

DECISÃO

Trata-se de petição incidental com pedido de tutela provisória, juntada aos autos do ARESP 1.486.036/DF, protocolada pelo agravante **OZIEL FRANCISCO DE SOUSA**, na qual intenta a atribuição de efeito suspensivo ativo ao recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal.

Por sua vez, o apelo nobre foi interposto contra v. acórdão, proferido pelo eg. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, assim ementado:

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DUPLA APELAÇÃO. AÇÃO DE CONHECIMENTO. SENTENÇA EXTRA PETITA. MATÉRIA DE MÉRITO. COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. LAVRATURA DE ESCRITURA PÚBLICA MEDIANTE PROCURAÇÃO FALSA. FRAUDE PERPETRADA POR ESTELIONATÁRIO. TRANSMISSÃO DE BEM POR QUEM NÃO É PROPRIETÁRIO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. RESPONSABILIDADE DO TABELIÃO DE NOTAS. NATUREZA OBJETIVA. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 22 DA LEI 8.935/94. DANOS MATERIAIS. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. DANOS MORAIS. CARACTERIZAÇÃO. QUANTUM. CRITÉRIOS DE FIXAÇÃO. APELOS PROVIDOS EM PARTE.

1. *Histórico: "Com a presente demanda os autores buscam a responsabilização do réu OZIEL FRANCISCO DE SOUSA, tabelião responsável pela lavratura da procuração de fls. 198, com a qual falsários se passaram por MARIA HELENA COSTA VERAS e venderam o imóvel descrito na inicial aos requerentes, venda esta que foi invalidada judicialmente em razão do falso, causando*

danos materiais e moral aos demandantes".

1.1. Dupla apelação interposta contra sentença proferida nos autos de ação de conhecimento, objetivando a condenação de oficial de notas, em reparação por danos materiais e morais, diante da anulação de escritura pública de compra e venda, lavrada com base em procuração pública falsa.

2. Verificando-se que a alegação desenvolvida à guisa de julgamento extra petita, confunde-se com mérito da demanda, é no julgamento desta matéria que dever ser apreciada.

3. A Constituição Federal, em seu artigo 236, dispõe que "os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público", prevendo, ainda o § 1º do referido dispositivo que a lei "regulará as atividades, disciplinará a responsabilidade civil e criminal dos notários, dos oficiais de registro e de seus prepostos, e definirá a fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário".

3.1. A Lei nº 8.935/94, ao regulamentar a previsão constitucional, em seu artigo 22, estabeleceu que "os notários e oficiais de registro responderão pelos danos que eles e seus prepostos causem a terceiros, na prática de atos próprios da serventia, assegurado aos primeiros direito de regresso no caso de dolo ou culpa dos prepostos".

3.2. No caso concreto, a responsabilidade do oficial de notas é objetiva, levando em conta que, tendo os fatos ocorrido no ano de 2009, a hipótese sub judice, deve ser examinada à luz da primitiva redação do artigo 22 da Lei nº 8.935/94, lido em harmonia com o disposto no parágrafo único do artigo 927 do Código Civil, em homenagem à teoria do diálogo das fontes, quando prescindia a análise do elemento subjetivo para a responsabilização dos notários e oficiais de registro.

3.3. Somente a partir de 2016, com a entrada em vigor da Lei nº 13.286, de 10 de maio de 2016, que deu nova redação ao artigo 22 da Lei nº 8.935/94, é que a responsabilidade civil dos notários e oficiais de registro passou a ser subjetiva, isto é, quando causarem prejuízos a terceiros, por culpa ou dolo, pessoalmente, pelos substitutos que designarem ou escreventes que autorizarem, assegurado o direito de regresso.

4. Comprovados os elementos da responsabilidade objetiva: o dano. Porquanto. Os autores perderam a propriedade do imóvel com a anulação do registro, e, o nexo de causalidade, consistente na lavratura da procuração aos falsários, emerge o dever de indenizar. Precedentes. Do STJ e da Casa. "(...) 4. Conforme decidido pela Segunda Turma no julgamento do Recurso Especial 1.087.862/AM, em caso de danos resultantes de atividade estatal delegada pelo Poder Público, há responsabilidade objetiva do

notário, nos termos do art 22 da Lei 8.935/1994, apenas subsidiária do ente estatal. Precedentes do STJ. (...) 10. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. (REsp 1163652/PE, Rei. Ministro Herman Benjamin, DJe 01/07/2010)".

4.1 "(...) 2. O notário responde, de forma objetiva, tão-somente pelos atos que são próprios da serventia (art. 236 da CF/88). (...) (REsp 1044841/RJ, Rei. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/05/2009, DJe 27/05/2009)".

4.2 "(...) 4. Considerando que exerce serviço público delegado, a responsabilidade do tabelião pelos atos cartorários que pratica é de natureza objetiva, prescindindo sua qualificação de culpa ou dolo, bastando à sua irradiação o aperfeiçoamento do ato lesivo, dos efeitos que irradiara e da comprovação do nexo enlaçando o ato e os efeitos lesivos, daí porque **o notário que chancela instrumento particular de compra e venda de imóvel com financiamento e garantia fiduciária celebrado de forma fraudulenta, reconhecendo as assinaturas de vendedora e compradora como autênticas, conquanto falsificadas, incorrendo em falha na prestação do serviço público que lhe está delegado, se torna responsável pelos efeitos que a falha em que incidira irradiara, notadamente porque ensejara, inclusive, a transcrição do imóvel em nome da suposta adquirente** (CF, arts. 37, § 6º, e 236; CC, arts. 186 e 927). (...) (Acórdão n.970033, 20150110199106APC, Relator: Teófilo Caetano 1ª Turnia Cível).

4.3 "(.) 3. Quanto à responsabilidade dos tabeliões, dispõe o art. 236 da Constituição Federal que "Os serviços notariais e de registro serão exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público". 3.1 De sabença geral que a Constituição de 1988 consagrou os serviços notariais e registrais como serviços públicos executados em regime de caráter privado, porém por delegação do Poder Público e ampla e total fiscalização competente ao Poder Judiciário, sendo ainda certo que a mesma Carta de Outubro adotou a responsabilidade objetiva, consagrada na teoria do risco administrativo exigindo, essa responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público, como é o caso dos serviços notariais e registradoras: a) a ocorrência do dano; b) ação ou omissão administrativa; c) ausência de causa excludente de responsabilidade estatal. 4. Outrossim, o art. 22 da Lei nº 8.935/94 estabelece que os notários e oficiais de registro responderão pelos danos que eles e seus prepostos causem a terceiros, na prática de atos próprios da serventia, assegurado aos primeiros direito de regresso no caso de dolo ou culpa dos prepostos. 4.1. Com isto, vislumbra-se que a responsabilidade dos

notários e registradores é objetiva, sendo dispensável a análise dos elementos subjetivos (dolo ou culpa), nos termos do art. 37, § 6º, da Constituição Federal e do art. 22 da Lei nº 8.935/94, que regulamentou o § 1º do art. 236 da Carta Magna. (...) (Acórdão n.892065, 20100710371125APC, Relator: João Egmont, Revisor: Sebastião Coelho, 5ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 19/08/2015, DJE: 11/09/2015. Pág.: 191)"

5. *É cediço que o dano material constitui aquela lesão causada aos bens e/ou direitos da pessoa (física ou jurídica) e que venha acarretar diminuição do seu acervo patrimonial, sendo certo que uma vez ocorrendo a violação deste patrimônio, fica o agente violador obrigado a repará-la (artigos 186,187 e 927, do Código Civil).*

5.1. *Esta reparação, porém, fica condicionada à efetiva demonstração dos prejuízos alegados.*

6. *Os valores que devem ser considerados para o fim de reparação por danos materiais são aqueles que os autores lograram comprovar que despenderam com a compra e venda, e que foram transferidos em favor da hipotética vendedora, assim como ao seu suposto procurador, os quais tem relação de pertinência com o negócio jurídico em questão.*

7. *A lavratura, pelo oficial de notas, de procuração a falsários, da qual resultou aos autores a perda da propriedade do imóvel em razão da fraude, bem como implicou o comparecimento perante a autoridade policial para prestar esclarecimentos acerca do envolvimento nos fatos noticiados nos autos, caracteriza uma situação angustiante, de intranquilidade e insegurança, que transcendem os meros dissabores cotidianos, afetando inegavelmente a esfera psíquica dos autores e, por conseguinte, constituindo fato gerador do dano moral.*

7.1. *Considerando que o valor arbitrado na sentença se mostra excessivo para o caso, impõe-se sua redução para adequá-lo aos parâmetros orientadores para fixação dos danos morais.*

8. *Recursos conhecidos e parcialmente providos. (e-STJ, fls. 1441-1445)*

Nas razões do recurso especial, o agravante alega violação dos arts. 489, § 1º, III, IV e VI, e 1.022, *caput*, II, parágrafo único, II, do CPC de 2015; 22 da Lei 8.935/1994; 28 da Lei 6.015/1973; 38 da Lei 9.492/1997; 186, 187, 403, 927, *caput* e parágrafo único, 944, 945 e 1.245, do Código Civil de 2002, além de divergência jurisprudencial.

Sustenta ter havido negativa de prestação jurisdicional por parte do Tribunal a

quo.

No mérito, defende, em síntese, a ausência de responsabilidade do tabelião perante o prejudicado, na hipótese de fraude perpetrada por terceiros em instrumento de mandato.

Apresentadas contrarrazões às fls. 1806-1839.

O referido recurso não foi admitido na origem. A parte insurgente interpôs agravo, no intento de ver destrancado o seu recurso.

Com os autos ainda em trâmite a ascensão a esta Corte, o ora requerente apresentou pedido de tutela provisória autuado na TP 1.924/DF, pretendendo à concessão de efeito suspensivo ao agravo em recurso especial.

Naquele petítório, o ora requerente defendeu a presença dos requisitos necessários à concessão da medida excepcional, enfatizando que a parte ex-adversa promovera o cumprimento provisório da sentença, de modo a existir "*o perigo de dano (periculum in mora) ao Requerente uma vez que já foi distribuído na origem cumprimento provisório de sentença (feito nº 0716008-91.2018.8.07.0007) e o ora Peticionário foi intimado no dia 11.02.2019 para depositar a quantia de R\$ 629.915,76 (seiscentos e vinte e nove mil, novecentos e quinze reais e setenta e seis centavos) até o dia 07.03.2019, sob pena de incidência de multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios, sendo que no caso de não pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias será realizado, desde logo, penhora via BACENJUD.*"

A referida TP 1.924/DF foi distribuída a esta relatoria, que ao analisar a questão, à época, entendeu por conceder "efeito suspensivo ao agravo em recurso especial, para, até ulterior deliberação, suspender, no âmbito do cumprimento provisório de sentença nº 0716008- 91.2018.8.07.0007, em trâmite perante a 5ª Vara Cível de Taguatinga: (i) a obrigação de depositar a quantia de R\$ 629.915,76 até o dia 07.03.2019, relativa à condenação imposta pelas instâncias ordinárias, na fase de conhecimento, sob pena de incidência de multa de 10% (dez por cento) e de honorários advocatícios; e (ii) a determinação de penhora via BACENJUD".

Enfim, os autos aportaram ao Superior Tribunal de Justiça.

Não obstante, ainda na pendência de julgamento, o agravante protocola a

presente petição, às fls. 2083-2330, com inédito pedido de tutela provisória, para concessão de efeito suspensivo ao recurso especial.

Fundamenta seu pedido de atribuição de efeito suspensivo alegando que: *"sobreveio novo cumprimento de sentença, autuado sob o nº. 0716271-89.2019.8.07.0007, mesmo sem o trânsito em julgado da r. sentença, no qual os exequentes, ora requeridos pleitearam a execução provisória do valor imposto a título de condenação por danos morais, o qual, segundo cálculos apresentados pelos ora Requeridos, perfaz a quantia de R\$ 19.061,84 (dezenove mil, sessenta e um reais e oitenta e quatro centavos)".*

Aduz que, em 14/11/2019, *"foi intimado para pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de incidência de multa de 10% (dez por cento) e de honorários advocatícios e, ainda, de penhora via BACENJUD".*

Assevera, ainda, que *"esse fato novo enseja a necessidade de que seja deferida a tutela provisória no sentido de estender o efeito suspensivo atribuído ao Recurso Especial, para que sejam suspensos, de imediato, os atos executórios no Cumprimento de Sentença nº. 0716271-89.2019.8.07.0007, em trâmite perante a 2ª Vara Cível da Circunscrição Judiciária de Taguatinga/DF, principalmente a obrigação de depositar a quantia de R\$ 19.061,84 (dezenove mil, sessenta e um reais e oitenta e quatro centavos) até 05/12/2019 (quinta-feira)".*

Afirma a manutenção da presença do *fumus boni iuris*, uma vez que o Tribunal de origem contrariou e negou vigência aos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, tendo em vista o acórdão integrativo dos embargos de declaração não enfrentou os relevantes argumentos desenvolvidos pelo embargante.

Defende, também, a permanência do *fumus boni iuris* quanto à *"alegação de contrariedade e negativa de vigência aos artigos 944, parágrafo único, 945, 1.245 e 884, todos do Código Civil, ante a existência de culpa concorrente do Tabelião responsável pelo Cartório do 5º Ofício, dos Requeridos e dos Corretores que os auxiliaram na compra do imóvel a impor redução proporcional do valor da condenação pelo grau de culpa na remota e inesperada hipótese de que se entenda pela manutenção da condenação do ora Peticionário".*

Alega, também, o *fumus boni iuris* na medida em que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº. 842.846, firmou a seguinte tese em repercussão geral: "O Estado responde objetivamente pelos atos dos tabeliães registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem danos a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa".

Desse modo, entende haver grande probabilidade de provimento do seu recurso especial, pois um dos fundamentos basilares das razões recursais é justamente a contrariedade e negativa de vigência aos arts. 22, da Lei nº. 8.935/1994 (em sua redação originária); 28 da Lei nº. 6.015/1973; e 38, da Lei nº. 9.492/1997, quando se atribuiu "ao delegatário de serventia extrajudicial responsabilidade objetiva".

Apontam a presença do *periculum in mora*, porquanto *"a inadmissão do Recurso Especial acarretou no ajuizamento de 02 (dois) cumprimentos provisórios da sentença em face do ora Requerente, um primeiro (feito nº. 0716008-91.2018.8.07.0007), no qual os Exequentes executaram apenas a condenação imposta a título de danos materiais, e um segundo (feito nº. 0716271-89.2019.8.07.0007), no qual os Exequentes executam a condenação imposta a título de danos morais"*.

Assim, não obstante o deferimento do efeito suspensivo ao recurso ante a primeira tentativa de cumprimento provisório da parte da sentença que dizia respeito aos danos materiais, há a necessidade urgente de se conceder efeito suspensivo ao agravo em recurso especial, para sobrestar *"o novo cumprimento provisório de sentença ajuizado pelos requeridos (feito nº. 0716271-89.2019.8.07.0007 em trâmite perante a 2ª Vara Cível da Circunscrição Judiciária de Taguatinga/DF)"*, referente à parte da sentença concernente aos danos morais.

Nesse contexto, assevera a presença do *periculum in mora*, posto que *"foi intimado no dia 14/11/2019 (quinta-feira), via Diário de Justiça eletrônico, para depositar a quantia de R\$ 19.061,84 (dezenove mil, sessenta e um reais e oitenta e quatro centavos) até o dia 05/12/2019 (quinta-feira), sob pena de incidência de multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios e, ainda, de penhora via*

BACENJUD".

Requer, por fim, *inaudita altera pars* a concessão de "tutela provisória no sentido de estender o efeito suspensivo atribuído ao recurso especial, suspendendo-se todos os atos executórios até o trânsito em julgado da demanda, em especial que sejam suspensos, de imediato, os atos executórios no cumprimento de sentença nº. 0716271-89.2019.8.07.0007, em trâmite perante a 2º Vara Cível da Circunscrição Judiciária de Taguatinga/DF, principalmente a obrigação de depositar a quantia de R\$ 19.061,84 (dezenove mil, sessenta e um reais e oitenta e quatro centavos) até 05/12/2019 (quinta-feira)".

A seguir, vieram os autos conclusos a este Relator.

É o relatório. Passo a decidir.

Acerca da tutela provisória, o Código de Processo Civil de 2015 assim dispõe:

"Art. 294. A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência.

Parágrafo único. A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental."

"Art. 299. A tutela provisória será requerida ao juízo da causa e, quando antecedente, ao juízo competente para conhecer do pedido principal.

Parágrafo único. Ressalvada disposição especial, na ação de competência originária de tribunal e nos recursos a tutela provisória será requerida ao órgão jurisdicional competente para apreciar o mérito."

"Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo."

Especificamente no que se refere à concessão de efeito suspensivo a recurso especial, o novo *Codex*, com as alterações estabelecidas pela Lei nº 13.256/2016, estabelece que:

"Art. 1.029. O recurso extraordinário e o recurso especial, nos casos previstos na Constituição Federal, serão interpostos perante o presidente ou o vice-presidente do tribunal recorrido, em

petições distintas que conterão:

(...)

§ 5º. O pedido de concessão de efeito suspensivo a recurso extraordinário ou a recurso especial poderá ser formulado por requerimento dirigido:

I – ao tribunal superior respectivo, no período compreendido entre a publicação da decisão de admissão do recurso e sua distribuição, ficando o relator designado para seu exame prevento para julgá-lo;

II - ao relator, se já distribuído o recurso;

III – ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, no período compreendido entre a interposição do recurso e a publicação da decisão de admissão do recurso, assim como no caso de o recurso ter sido sobrestado, nos termos do art. 1.037."

(grifos acrescentados)

Fazendo-se uma interpretação sistemático-teleológica dos dispositivos legais ora transcritos, pode-se aferir que a concessão de efeito suspensivo a recurso especial, e, por consectário lógico, ao agravo em recurso especial, assim como no anterior sistema processual, exige a presença **concomitante** de *fumus boni iuris*, consistente na plausibilidade do direito invocado no recurso especial, e de *periculum in mora*, cuja caracterização exige a demonstração de risco de dano irreparável ou de difícil reparação decorrente de eventual demora na solução da causa.

No caso, o exame dos elementos que constam dos presentes autos permite constatar, *primo oculi*, a existência de ambos requisitos que justifique a concessão da medida de urgência requerida.

No caso em apreço, em sede de exame perfunctório, mostra-se presente o *fumus boni iuris*, pois aparenta encontrar respaldo a tese defendida pelo recorrente acerca da violação aos arts. 489, § 1º, III, IV e VI, e 1.022, *caput*, II, parágrafo único, II, do CPC de 2015, porquanto o Tribunal de origem, a princípio, não examinou questões relevantes suscitadas pelo ora requerente, a despeito da oposição de embargos de declaração.

Também aparenta haver o *fumus boni iuris* o fato de o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº. 842.846, Tema 777, ter firmado tese em repercussão geral no sentido de que: "O Estado responde objetivamente pelos atos dos tabeliães registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem danos a terceiros,

assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa".

Outrossim, ainda, permanece o entendimento desta relatoria, em análise perfunctória, acerca da potencialidade de êxito dos pedidos recursais contidos na insurgência principal, conforme bem fundamentado nas razões de decidir da TP 1.924/DF, na qual se deferiu a atribuição de *"efeito suspensivo ao agravo em recurso especial, para, até ulterior deliberação, suspender, no âmbito do cumprimento provisório de sentença nº 0716008- 91.2018.8.07.0007, em trâmite perante a 5ª Vara Cível de Taguatinga: (i) a obrigação de depositar a quantia de R\$ 629.915,76 até o dia 07.03.2019, relativa à condenação imposta pelas instâncias ordinárias, na fase de conhecimento, sob pena de incidência de multa de 10% (dez por cento) e de honorários advocatícios; e (ii) a determinação de penhora via BACENJUD"*.

O *periculum in mora*, por sua vez, também, está evidenciado, mormente porque, no caso em exame, houve autorização pelo douto Juízo singular determinou a intimação do réu para *"pagamento da dívida reclamada pelo credor, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sob pena voluntário de incidência da multa de 10% (dez por cento) e de honorários advocatícios atinentes à fase de cumprimento de sentença, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor total da dívida exequenda (art. 523, §1º, CPC)"*, além da liberação da consulta ao BACEN-JUD (e-STJ, fls. 2327-2328).

Assim, preenchidos os requisitos necessários para a excepcional atribuição de efeito suspensivo ao agravo em recurso especial, entendo que é caso de concessão de tutela provisória de urgência para garantir o direito da parte e a efetividade da jurisdição, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil de 2015.

Ante o exposto, nos termos do art. 288 do RISTJ, **defiro** o pedido de **tutela provisória** para atribuir **efeito suspensivo ao agravo em recurso especial**, até ulterior deliberação, **para suspender o cumprimento provisório de sentença nº. 0716271-89.2019.8.07.0007, em trâmite perante a 2º Vara Cível da Circunscrição Judiciária de Taguatinga/DF**.

Oficie-se, com urgência, ao eg. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e ao il. Juízo da 2ª Vara Cível da Circunscrição Judiciária de Taguatinga - DF,

Superior Tribunal de Justiça

comunicando o deferimento da presente tutela provisória.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator